

GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITO

Estudo Técnico Preliminar 131/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64536.033391/2025-40

2. Descrição da necessidade

O Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex), localizado no 3º piso do Bloco A do Quartel-General do Exército (QGEx), é um OADI, isto é, um Órgão de Assistência Direta e Imediata do Comandante do Exército, que tem sua finalidade determinada por meio da Portaria – C Ex nº 1.221, de 17 de novembro de 2020 (aprova o Regulamento do Gab Cmt Ex – EB10-R-09.001), conforme art. 1º:

“Art. 1º O Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex), Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército (OADI), tem por finalidade assistir, direta e imediatamente, o Comandante do Exército (Cmt Ex), na esfera de competência privativa do Cmt Ex, tratar os assuntos relacionados com as atividades dos Órgãos de Direção Geral (ODG), do Órgão de Direção Operacional (ODOp), dos órgãos de direção setorial (ODS) do Exército, dos OADI, dos comandos militares de área (C Mil A) e das entidades vinculadas ao Exército, além das ligações com os órgãos e agências do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário”.

Para a consecução de seus objetivos e atingimento de sua finalidade, o Gabinete é estruturado de forma sistêmica e integrada de acordo com o art. 2º da supracitada Portaria:

“Art. 2º O Gab Cmt Ex, para a consecução de seus objetivos, atua de forma sistêmica e integrada e está estruturado em: I - Chefia; II - Subchefia; III - Estado-Maior Pessoal e Segurança do Comandante do Exército; IV - Estado-Maior Pessoal do Chefe do Gabinete do Comandante do Exército; V - Assessoria 1 (A/1) – Assessoria de Pessoal; VI - Assessoria 2 (A/2) – Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos; VII - Assessoria 3 (A/3) – Assessoria de Assuntos Institucionais; VIII - Assessoria 4 (A/4) – Assessoria Parlamentar; IX - Assessoria Especial (AE), quando determinado pelo Cmt Ex; X - Divisão Administrativa (DA); XI - Ajudância – Geral (Aj G); XII - Seção de Telemática (Seç TIm); e XIII - Seção de Comunicação Social (Seç Com Soc)”.

Os eventos institucionais fundamentam-se pelo PORTARIA Nº 4.036/GM-MD, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020, que dispõe sobre a aplicação de recursos públicos em solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções, trocas de brindes e quaisquer outros eventos do gênero, no âmbito do Ministério da Defesa:

“PORTARIA Nº 4.036/GM-MD, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020

Art. 1º No âmbito dos órgãos e unidades da administração central do Ministério da Defesa, dos Comandos das Forças Singulares e das entidades vinculadas a aplicação de recursos públicos em solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções, troca de brindes e quaisquer outros eventos do gênero devem atender as seguintes diretrizes:

I - os eventos devem ser realizados com estrita observância dos critérios da moralidade, da impessoalidade e da economicidade, sempre norteados pela busca do interesse público; e

II - os recursos devem ser aplicados exclusivamente em eventos institucionais do órgão ou entidade, devidamente aprovados em ato pela autoridade competente.

§ 1º As datas de eventos institucionais devem ser publicadas no sítio do órgão ou entidade.

§ 2º As despesas, de que tratam a presente Portaria, devem obedecer à legislação vigente, estar condicionadas à previsão formalizada em planejamento anual, especificadas em dotação orçamentária alheia à que venha a ser destinada à atividade-fim

do órgão ou entidade e ser realizadas de acordo com a natureza de despesa (ND) adequada a cada tipo de gasto, observados os critérios e objetivos dos programas e das ações orçamentárias do governo federal.

§ 3º As atividades de cerimonial observarão as regras de reciprocidade e as orientações da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

§ 4º Atos e serviços entre órgãos do Ministério da Defesa, tais como visitas, inspeções e similares, não serão objeto de despesas com brindes ou troca de presentes, ressalvadas as exceções afetas aos eventos institucionais de que trata o inciso II do caput.

Art. 2º São vedadas despesas aquelas não abrangidas pelos incisos I e II do art. 1º e as que configurem, direta ou indiretamente, divulgação de imagem ou favorecimento pessoal, como a distribuição de brindes ou presentes e a promoção de comemorações de datas natalícias, de festividades natalinas e de passagem de ano, bem como de almoços e de jantares de confraternização.

Art. 3º Para fins desta Portaria considera-se:

I - evento institucional: atividade programada antecipadamente e autorizada por autoridade competente, cuja essência esteja indubitavelmente colimada com a finalidade do órgão ou entidade, ou seja de considerável valia na consecução dos seus objetivos; e

II - autoridade competente: agente público investido de cargo de precedência superior ao agente responsável pela execução da despesa no órgão ou entidade que administrativamente ficará responsável pelo custeio da atividade.

§ 1º Os eventos tipicamente institucionais realizados pela administração central do Ministério da Defesa são:

I - solenidade de entrega da Medalha da Ordem do Mérito da Defesa, de que trata o Decreto nº 4.263, de 10 de junho de 2002;

II - solenidade de entrega da Medalha da Vitória, de que trata o Decreto nº 5.023, de 23 de março de 2004;

III - solenidade de entrega da Medalha do Mérito Desportivo Militar, de que trata o Decreto nº 5.958, de 7 de novembro de 2006;

IV - visitas de autoridades estrangeiras;

V - visitas a entidades públicas e privadas; e

VI - solenidade de entrega da Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, de que trata o Decreto nº 8.554, de 6 de novembro de 2015.

§ 2º Fica autorizada a aplicação de recursos públicos em solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções, troca de brindes e quaisquer outros do gênero que não constem dos incisos I a VI do § 1º, desde que as despesas sejam justificadas pela autoridade competente.

§ 3º No âmbito da administração central do Ministério da Defesa, enquadram-se como autoridade competente, para efeito do disposto no inciso II do caput, os seguintes dirigentes, aos quais cabe autorizar, no âmbito dos órgãos que integram as respectivas estruturas, as despesas assim especificadas:

I - Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas: as mencionadas nos incisos IV, V e VI do § 1º e no § 2º;

II - Secretário-Geral: as mencionadas nos incisos III, IV e V do § 1º e no § 2º; e

III - Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa: as mencionadas nos incisos I, II, IV e V do § 1º e no § 2º, inclusive para os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa.

Art. 4º O órgão e as unidades setoriais do Sistema de Controle Interno do Ministério da Defesa zelarão pelo cumprimento do disposto nesta Portaria e, em seus trabalhos de fiscalização, constatando irregularidade, comunicarão o fato à autoridade supervisora competente, para as providências cabíveis.

Art. 5º Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o Comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), o Diretor do Hospital das Forças Armadas (HFA), o Chefe da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID) e os dirigentes das entidades vinculadas poderão baixar normas internas complementares específicas para elencar:

I - as autoridades competentes para autorizar a realização das despesas com solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções, troca de brindes e quaisquer outros eventos do gênero; e

II - eventos institucionais, de que trata o inciso I do caput do art. 3º, considerando as peculiaridades organizacionais, desde que em conformidade com as diretrizes estabelecidas no art. 1º desta Portaria.

Art. 6º Ficam revogadas:

O Setor de Aprovisionamento é responsável por realizar as atividades relativas ao planejamento, obtenção, recebimento, armazenagem, conservação, contabilidade e controle de alimentos e mantimentos da Organização Militar, além de fiscalizar os serviços de rancho e zelar pela disciplina e higiene pessoal da cozinha e refeitórios. Para que seja possível manter a qualidade do serviço, faz-se necessária a aquisição dos gêneros alimentícios, para atender as refeições diárias, confeccionadas nesta OM, juntamente com as atividades Institucionais do Gab Cmt Ex, conforme Portaria nº 4.036/GM-MD de 02 de Dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para aplicação de recursos públicos em solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções, troca de brindes e quaisquer outros eventos do gênero por órgãos e entidades da administração central do Ministério da Defesa, pelos comandos das Forças Singulares e pelas entidades vinculadas. O objeto a ser licitado, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência prevista na Lei nº 14.133/21.

A aquisição será realizada de forma parcelada de acordo com a necessidade desta Organização Militar, para que não haja estoques desnecessários. Assim, a licitação deverá ocorrer pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo maior economia e flexibilidade na aquisição dos materiais e por entender, ainda, que haverá a necessidade de contratações frequentes, conforme Art. 82º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

A natureza do objeto a ser licitado neste certame enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, nos termos do número XIII do art. 6º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

A tabela abaixo sugere, em forma de itens retirados do Catálogo de Alimentos Complementares do Exército Brasileiro (EB40-C-30.405), os materiais objetos da aquisição vindoura, acrescidos de alguns outros itens necessários para atender as atividades institucionais realizadas pelo Gabinete do Comandante do Exército e, considerando as atividades que serão desenvolvidas para o período dos próximos 12 (doze) meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	CATMAT	QTDE
1	Chuchu Verde	Kg	463778	800
2	Uva Itália	Kg	464438	300
3	Abacaxi Pérola	Kg	464374	1800
4	Ameixa Importada	Kg	466549	100
5	Banana Maçã	Kg	464376	50
6	Banana Prata	Kg	464381	2000
7	Banana da Terra	Kg	464377	240
8	Goiaba Vermelha	Kg	464392	400
9	Kiwi, tipo A	Kg	464339	72
10	Laranja Pêra	Kg	464393	2000
11	Limão Taiti	Kg	464398	500
12	Maçã Gala	Kg	464400	720
13	Maçã verde	Kg	464352	100
14	Mamão Formosa	Kg	464405	1600
15	Mamão, espécie papaya	Kg	464404	200
16	Maracujá Azedo	Kg	464415	300
17	Melancia Vermelha	Kg	464418	2200
18	Melão Amarelo	Kg	467420	1400
19	Morango, tipo A	Kg	464328	100
20	Pêra Portuguesa	Kg	464428	300

21	Manga tommy	Kg	464406	1600
22	Milho verde em Espiga, descascado, inteiro	Kg	463797	160
23	Pêssego tipo A	Kg	464333	100
24	Tangerina Ponkan	Kg	464436	800
25	Abacate manteiga	Kg	464371	80
26	Abóbora Japonesa	Kg	463748	1000
27	Cebola Branca	Kg	463781	1400
28	Cebola Roxa	Kg	463780	300
29	Berinjela	Kg	463764	480
30	Abóbora Moranga	Kg	463746	200
31	Abobrinha, espécie italiana	Kg	463749	1200
32	Batata Baroa	Kg	463760	200
33	Batata Inglesa	Kg	463762	1200
34	Cenoura lisa	Kg	463770	1200
35	Cenoura baby, congelada	Kg	467284	24
36	Ervilha Torta	Kg	463793	24
37	Ervilha manteiga, pré-cozida, congelada	Kg	464617	120
38	Mandioca Descascada, Congelada, Pct 1kg	Kg	466600	1200
39	Pepino Comum	Kg	463796	120
40	Pimentão Verde	Kg	463809	160
41	Pimentão Amarelo	Kg	463802	160
42	Pimentão Vermelho	Kg	463808	160
43	Quiabo, espécie liso	Kg	463792	140
44	Rabanete	Kg	463799	30
45	Tomate Salada	Kg	463806	2400
46	Tomate Cereja	Kg	463803	240
47	Maxixe Comum	Kg	463791	100
48	Vagem Macarrão	Kg	463807	240
49	Acelga, espécie comum	Und	463818	240
50	Agrião, maço 500g	Und	463819	200
51	Alface Lisa	Und	463833	800
52	Alface Roxa	Und	463836	1600
53	Alface Americana	Und	463830	1600
54	Alface Crespa	Und	463832	1200
55	Alho in natura, descascado, Pct 1 Kg	Kg	463853	360
56	Batata Doce, tipo amarela	Kg	463753	600
57	Beterraba, tipo extra	Kg	463767	800
58	Brócolis Americano, inteiro	Und	467575	480
59	Cebolinha, Maço 150g	Und	463878	200
60	Coentro, maço de 200g	Und	463876	200
61	Salvia, maço de 200g	Und	463932	40
62	Alecrim, maço de 150g	Und	463854	40
63	Couve Manteiga	Kg	463822	240
64	Couve-Flor, Und 750g	Und	463831	480
65	Hortelã, maço de 100g	Und	463898	140
66	Nabo	Kg	463798	80

67	Repolho branco	Kg	463839	300
68	Repolho Roxo	Kg	463829	300
69	Rúcula, Maço 300g	Und	463826	300
70	Salsa, maço 150g	Und	463930	160
71	Ovo de Codorna, Cx 30 Und	Und	446625	90
72	Ovo de galinha grande, Bandeja com 30 Und.	Und	446618	1200
73	Manjeriço, maço 300 g	Und	463906	120
74	Feijão verde, tipo 1	Kg	464556	60
75	Damasco Seco	Kg	464444	30
76	Água mineral sem gás, garrafas de 500 ml	Und	445484	14000
77	Água Mineral S/ Gás, Copo 200ml	Und	445484	2000
78	Água mineral sem gás, garrafão com 20 litros.	Und	445485	1600
79	Água Mineral C/ Gás, Garrafa 500ml	Und	445488	10000
80	Bacon suíno, em manta, resfriado	Kg	447666	600
81	Bacon Fatiado	Kg	447668	140
82	Panceta Inteira, Resfriada	Kg	448548	200
83	Brócolis Congelado	Kg	464594	200
84	Coração de Frango em bandeja de isopor, pct 1kg	Kg	447639	48
85	Pernil de Cordeiro, peça inteira	Kg	447651	80
86	Fígado Bovino	Kg	447487	200
87	Costela Bovina, Peça Inteira entre 14 e 20 kg.	Kg	447415	120
88	Costela Suína, em tiras, com pele, Resfriada	Kg	447511	240
89	Peito de peru defumado, peça inteira	Kg	447792	120
90	Carne salgada costelinha peça inteira, resfriada	Kg	447742	180
91	Carne salgada orelha, resfriada	Kg	447737	240
92	Carne Salgada, Pé Suíno	Kg	447745	240
93	Carne Suína tipo Rabo, Salgado	Kg	447542	240
94	Toucinho inteiro, resfriado	Kg	447664	300
95	Castanha de Caju, Inteira	Kg	389677	40
96	Castanha do Pará, inteira	Kg	464543	18
97	Mini Churros, Und 30g	Kg	444329	80
98	Páprica Picante, Pct 1 KILO	Und	463917	24
99	Urucum em Pó	Kg	463937	10
100	Cominho em Pó	Kg	463891	10
101	Canela em Pó	Kg	463872	12
102	Pimenta do Reino em Pó	Kg	463920	18
103	Pimenta do Reino em Grão	Kg	463921	8
104	Açafrão em Pó	Kg	463857	20
105	Manjerona Desidratada	Kg	463911	10
106	Manjeriço Desidratado	Kg	463908	10
107	Gengibre Inteiro	Kg	463900	24
108	Alecrim Desidratado	Kg	463856	12
109	Canela em Casca	Kg	463873	36

110	Curry em pó	Kg	463894	12
111	Páprica Doce	Kg	463918	15
112	Ervas Finas Desidratadas	Kg	444503	20
113	Cravo da Índia, Pct 1 Kg	Und	463892	10
114	Louro folha seca	Kg	463904	15
115	Orégano, Pct com 1 Kg	Und	463916	40
116	Framboesa natural	Kg	464330	10
117	Linguiça calabresa	Kg	447702	540
118	Linguiça de pernil, em gomos p/ churrasco	Kg	480368	200
119	Linguiça de carne suína, fina, resfriada	Kg	449183	100
120	Lombo canadense, resfriado, peça inteira	Kg	447778	48
121	Mirtilo In Natura	Kg	464424	10
122	Mix de Castanhas, Pct 50g	Und	447821	2600
123	Mussarela de Búfala, Pct 500g	Und	446676	40
124	Mel Abelha, Emb 500g	Und	413364	48
125	Noz Moscada em pó, Emb 50g	Und	463912	120
126	Noz Natural, Descascada	Kg	464532	6
127	Amêndoa Natural, Descascada	Kg	464530	6
128	Pão de Forma, Pct 500g	Pct	460403	1800
129	Pão de Queijo Tradicional Médio	Kg	460494	3000
130	Pão Careca, 50g	Und	460385	300
131	Pão Doce, Und 50g	Kg	460394	100
132	Pão Francês, Und 50g	Kg	460380	1400
133	Pão tipo sírio, mini, Pct 500g	Und	460413	36
134	Salmão, Filé inteiro congelado	Kg	448886	120
135	Filé Mingnon, sem Cordão, Congelado	Kg	447420	120
136	Presunto de pernil, sem capa de gordura, resfriado	Kg	447771	1200
137	Queijo Mussarela, inteiro	Kg	446633	1800
138	Queijo Parmesão, inteiro	Kg	446645	100
139	Queijo Prato, inteiro	Kg	446639	120
140	Queijo Provolone, inteiro	Kg	446680	60
141	Queijo Coalho, inteiro	Kg	447072	80
142	Queijo Minas Frescal, inteiro	Kg	446660	80
143	Queijo Brie, inteiro	Kg	446669	40
144	Queijo Gorgonzola, inteiro	Kg	446665	40
145	Ricota Fresca	Kg	446656	80
146	Salame Tipo Italiano	Kg	447877	60
147	Empada de Camarão, Congelada	Cento	309615	40
148	Empada de palmito, Congelada	Cento	374644	40
149	Empada de Frango, Congelada	Cento	280141	24
150	Esfirra de Carne Congelada	Cento	302685	24
151	Coxinha de Galinha, Congelada	Cento	305864	10
152	Croquete de Carne, Congelado	Cento	374642	10
153	Kibe, Congelado	Cento	309611	10

154	Semente Quinoa	Kg	436615	8
155	Semente de Linhaça	Kg	301513	8
156	Polpa de Acerola, Congelada	Kg	464484	680
157	Polpa de Cajá, Congelada	Kg	464485	680
158	Polpa de Caju, Congelada	Kg	464511	680
159	Polpa de Goiaba, Congelada	Kg	464514	680
160	Polpa de Graviola, Congelada	Kg	464491	680
161	Polpa de Manga, Congelada	Kg	464475	680
162	Polpa de Maracujá, Congelada	Kg	464474	680
163	Polpa de Morango, Congelada	Kg	464461	680
164	Polpa de Uva, Congelada	Kg	464465	680
165	Polpa de Cupuaçu, Congelada	Kg	464488	420
166	Polpa congelada, sabor Abacaxi	Kg	464468	680
167	Polpa de Tangerina, Congelada	Kg	464520	240
168	Polpa de Açaí, Congelada	Kg	464493	80
169	Uva Passas Preta	Kg	464883	48
170	Jerked Beef, Traseiro	Kg	480424	280
171	Linguiça Paio	Kg	449182	240
172	Biscoito tipo Petit Four	Kg	461736	60
173	Salsão, Maço de 350g	Und	463827	72
174	Croissant de Queijo 60/80g, emb 1kg	Und	460396	48
175	Amendoim Cru, sem Casca, Pct de 1 kg	Und	464534	48
176	Cogumelo Shimeji fresco, bandeja 200g	Und	463785	60
177	Cogumelo Shitake fresco, bandeja 200g	Und	463786	60
178	Coxinha da Asa de Frango, embalagem zip lock, congelados 1 a 1, pct 1 Kg	Kg	447619	48
179	Meio da Asa de Frango, embalagem zip lock, congelados 1 a 1,emb 1 Kg	Kg	448305	48
180	Linguiça tipo Cuiabana, emb de 500g	Pct	480368	60
181	Peru Congelado, inteiro	Kg	447873	60
182	Pão mini hamburguer, peso entre 15 e 25 g	Und	460387	400
183	Queijo Parmesão, ralado grosso, sem desidratar Kg	Pct	446649	100
184	Pão de Forma descascado, Pct 450g	Pct	480303	320
185	Aspargos, In Natura	Kg	463817	40
186	Banana Nanica	Kg	464380	1200
187	Uva sem semente, tipo vitória, caixa 500g	Und	464903	100

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SETOR DE APROVISIONAMENTO	EMERSON DE CARVALHO FONTES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratada deverá observar integralmente as normas técnicas pertinentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, no que se refere aos requisitos mínimos de qualidade, segurança, conservação, armazenamento e rastreabilidade dos gêneros alimentícios a serem fornecidos, em conformidade com o disposto na Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962, que institui a obrigatoriedade de observância das normas técnicas oficiais.

Os produtos deverão atender, no que couber, às seguintes normas e regulamentos técnicos:

- **ABNT NBR 15959:2011** – Produtos alimentícios — Requisitos de boas práticas de fabricação;
- **ABNT NBR 16215:2013** – Armazenamento de gêneros alimentícios — Requisitos de conservação e transporte;
- **ABNT NBR 16216:2013** – Boas práticas de distribuição de alimentos;
- **ABNT NBR 14724:2019** – Embalagens para produtos alimentícios — Requisitos gerais de rotulagem e integridade;
- **RDC nº 216/2004 – ANVISA** – Boas práticas para serviços de alimentação;
- **RDC nº 275/2002 – ANVISA** – Procedimentos operacionais padronizados aplicados aos estabelecimentos produtores e manipuladores de alimentos;
- **RDC nº 429/2020 e IN nº 75/2020 – ANVISA** – Rotulagem nutricional de alimentos embalados;
- **Portaria INMETRO nº 157/2002** – Requisitos de rotulagem e certificação de produtos alimentícios embalados.

Além disso, deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade, conforme as diretrizes da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01/2010, da IN nº 01/2014 – MPOG, e do Guia de Contratações Sustentáveis da Administração Pública Federal, priorizando produtos com embalagens recicláveis ou biodegradáveis, que empreguem matérias-primas renováveis e minimizem impactos ambientais em sua produção, transporte e descarte, em consonância com o art. 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Os produtos deverão ainda obedecer às diretrizes e especificações determinadas pela ANVISA e pelo INMETRO, quando aplicáveis, devendo a contratada assegurar que todos os itens estejam devidamente registrados, licenciados e atendam às exigências sanitárias e metrológicas vigentes.

O prazo de entrega dos bens será de até **5 (cinco) dias**, contados do recebimento da **Nota de Empenho (NE)**, ou do pedido formal feito por e-mail, para os itens de **01 ao 70, 116, 121, 128, 173, 176, 177, 185, 186 e 187**, e de até **24 (vinte e quatro) horas** para os itens **130 ao 133, 172, 174, 182 e 184**, em razão de sua natureza perecível e de necessidade imediata. Os demais itens terão como prazo de entrega até **10 (dez) dias**. As entregas ocorrerão conforme demanda, em remessa única para cada pedido, nos endereços e condições especificadas no Termo de Referência.

Os produtos deverão ser entregues de **segunda a quinta-feira**, das **08:00h às 11:00h** e das **13:00h às 15:00h**. Às **sextas-feiras**, **NÃO** haverá recebimento. O descumprimento dos horários de entrega desobriga a Administração a autorizar o ingresso do fornecedor nas dependências das organizações militares, devendo o responsável providenciar novo agendamento **sem custos adicionais** para o órgão contratante.

Os produtos deverão apresentar, **na data da entrega**, prazo de validade **mínimo equivalente a dois terços do prazo total indicado pelo fabricante**, observadas as recomendações sanitárias e de armazenamento previstas em normas da ANVISA e em regulamentos técnicos vigentes.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado consistiu na prospecção, coleta e análise de informações relativas às possíveis soluções disponíveis para o atendimento da necessidade apresentada, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que regulamenta a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares.

A análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, obtidas por meio de consultas ao Painel de Preços do Governo Federal (www.paineldepregos.gov.br), bem como a pesquisas junto a portais de compras governamentais e fornecedores especializados, permitiu constatar que os gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha, pela sua natureza e ampla oferta no mercado nacional, são tradicionalmente adquiridos por meio da modalidade Pregão Eletrônico, preferencialmente sob o Sistema de Registro de Preços (SRP).

Tal modalidade mostra-se a mais adequada para este tipo de aquisição, uma vez que envolve itens de entrega imediata ou parcelada, sem necessidade de obrigações acessórias, e com ampla competitividade, garantindo melhores condições de preço e abastecimento contínuo conforme a demanda da Administração.

Verificou-se ainda que o mercado apresenta grande número de fornecedores habilitados, com ampla concorrência e diversidade de marcas e especificações, o que assegura a viabilidade econômica e operacional da futura contratação. Ressalta-se que o segmento de gêneros alimentícios é amplamente atendido por microempresas e empresas de pequeno porte, o que contribui para o cumprimento do disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, no tocante ao tratamento favorecido a esses empreendimentos.

O Relatório de Pesquisa de Preços será elaborado em conformidade com o previsto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, utilizando-se, sempre que possível, três ou mais fontes válidas de pesquisa, priorizando:

1. Valores praticados em contratações públicas recentes (Painel de Preços e Compras.gov.br);
2. Pesquisa em sítios eletrônicos especializados, observadas as condições de equivalência do objeto e características técnicas dos produtos.

Os dados coletados serão devidamente registrados e analisados, de modo a garantir que a estimativa de preços reflita as condições reais de mercado, conforme o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e nos critérios metodológicos previstos na IN nº 65/2021.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na instituição de registro de preços, mediante a realização de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), visando à eventual aquisição de hortifrutigranjeiros e demais itens, destinados ao atendimento das demandas do Gabinete do Comandante do Exército.

O modelo de **Registro de Preços** foi escolhido por se mostrar o mais adequado e eficiente para o objeto em questão, considerando que:

- os itens a serem adquiridos possuem **consumo recorrente e contínuo**, variando conforme as necessidades das Assessorias e Seções do Gabinete do Comandante do Exército;
- o SRP permite planejamento orçamentário mais eficiente, com contratações sob demanda, evitando estoques excessivos e desperdícios;
- há ampla oferta e competitividade no mercado, o que favorece a obtenção de melhores preços unitários e condições logísticas;

- a solução está plenamente em conformidade com o **Inciso II do art. 40 da Lei nº 14.133/2021**, que disciplina o Sistema de Registro de Preços, e com o **Decreto nº 11.462/2023**, que regulamenta a aplicação da nova lei no âmbito federal.

Os produtos serão adquiridos conforme **demanda específica de consumo**, observadas as **condições, especificações e quantidades máximas estimadas** definidas no **Termo de Referência**, o qual integrará o edital de licitação. A gestão da ata e dos contratos decorrentes será realizada de modo a assegurar controle de consumo, rastreabilidade de entregas e conformidade com padrões de qualidade, conforme as normas técnicas e sanitárias vigentes.

A execução da futura contratação deverá garantir que todos os gêneros alimentícios atendam às especificações de qualidade, procedência e validade, observadas as determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais órgãos reguladores, em consonância com o item 4 deste ETP.

Além disso, a contratação seguirá os princípios da sustentabilidade ambiental, priorizando produtos com embalagens recicláveis ou biodegradáveis, conforme o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, e atenderá às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

A solução proposta permitirá à Administração Pública melhor gestão de recursos, racionalização de processos de compras, redução de custos administrativos e atendimento contínuo às necessidades institucionais, garantindo a eficiência, economicidade e regularidade do abastecimento das seções do Gabinete do Comandante do Exército.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em observância ao disposto no inciso IV do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e às diretrizes constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, as quantidades estimadas de hortifrutigranjeiros e demais itens foram definidas com base em critérios técnicos e históricos de consumo, devidamente apurados no Relatório de Quantitativo de Rancho (QR) emitido pelo **Sistema de Controle Físico de Suprimentos – SISCOFIS**, dos últimos 3 anos, conforme demonstrado no **Anexo I** deste Estudo Técnico Preliminar.

As quantidades previstas correspondem à **estimativa de consumo para um período de 12 (doze) meses**, tomando-se por base os registros de demandas anteriores, o número de militares e servidores atendidos, bem como as projeções das atividades administrativas e institucionais a serem realizadas no período de vigência da Ata de Registro de Preços.

Em relação ao Item 132 Pão Francês, o quantitativo foi aumentado além do histórico de consumo, haja vista que o mesmo era fornecido pelo 32º Grupo de Artilharia de Campanha, o qual não poderá mais atender a demanda deste Órgão no corrente ano.

O material a ser adquirido destina-se a suprir as necessidades de alimentação e apoio logístico de todas as Seções, Assessorias e Divisões do Gabinete do Comandante do Exército e do Centro de Comunicação Social do Exército, assegurando o funcionamento contínuo e eficiente das atividades cotidianas e eventuais eventos institucionais do Comando do Exército.

A definição dos quantitativos observou os princípios da **economicidade e da razoabilidade**, de modo a evitar tanto o **superdimensionamento** quanto o **subdimensionamento da demanda**, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 1.214/2013 – Plenário e nº 2.622/2015 – Plenário).

Ressalta-se que as quantidades registradas representam **estimativas de consumo máximo** e não obrigam a Administração à aquisição integral dos itens, conforme disposto no **Decreto nº 11.462/23** e na **Lei nº 14.133/2021**.

A adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** garante à Administração maior flexibilidade operacional, permitindo que as aquisições sejam efetuadas somente conforme a necessidade efetiva e disponibilidade

orçamentária, assegurando a eficiência na gestão de recursos públicos e o atendimento contínuo das demandas alimentares do Gabinete do Comandante do Exército e do Centro de Comunicação Social do Exército, de forma regular, segura e transparente.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 836.320,17

Com base nas pesquisas realizadas, o valor total estimado da contratação em tela é de **R\$ 836.320,17 (oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e vinte reais e dezessete centavos)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em conformidade com o disposto no art. 18, inciso VII, e art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e considerando as boas práticas de gestão de compras públicas, avaliou-se a conveniência do parcelamento do objeto da presente contratação.

Após análise técnica e de mercado, verificou-se que não há vantagem na formação de grupos, uma vez que os hortifrutigranjeiros e demais itens a serem adquiridos possuem naturezas e características distintas, sendo consumidos em diferentes quantidades e frequências.

Optou-se, portanto, por **licitar os itens individualmente**, o que:

- **amplia a competitividade**, permitindo a participação de um número maior de fornecedores especializados em produtos específicos;
- **facilita a pesquisa de preços**, pois os valores de referência podem ser obtidos de forma direta e comparável com o mercado varejista e atacadista;
- **reduz o risco de sobrepreço ou de fornecimento de itens com qualidade inferior**, ao permitir a disputa por item;
- **simplifica a gestão da Ata de Registro de Preços**, possibilitando a contratação conforme a demanda efetiva de cada gênero;
- e **assegura a economicidade e a vantajosidade da proposta**, princípios basilares da Administração Pública (art. 5 da Lei nº 14.133/2021).

A adoção da disputa item a item está, portanto, alinhada ao interesse público, à racionalidade administrativa e à eficiência operacional, uma vez que evita a concentração de mercado, fomenta a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) e garante que cada item seja adquirido com o melhor preço e qualidade disponíveis.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra respaldo no planejamento estratégico e institucional do Gabinete do Comandante do Exército, estando devidamente alinhada às diretrizes fixadas na PORTARIA Nº 4.036/GM-MD, de 2 de dezembro de 2020, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa e define as competências dos órgãos que o compõem.

O objeto em questão — registro de preços para eventual aquisição de hortifrutigranjeiros e demais itens — enquadra-se nas ações de suporte administrativo e logístico, indispensáveis à manutenção das atividades finalísticas e de representação institucional do Comando do Exército, garantindo a continuidade dos serviços e o adequado funcionamento das instalações sob sua responsabilidade.

Nos termos do art. 18 da Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia – SEGES/ME, “observado o disposto no § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, as Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, esta Instrução Normativa”. Assim, a presente contratação está integrada ao Planejamento Anual de Contratações (PAC) do exercício correspondente, atendendo aos preceitos de planejamento, eficiência, economicidade e racionalização das aquisições públicas, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a execução do presente processo licitatório contribui diretamente para a gestão eficiente dos recursos públicos e para o cumprimento das metas administrativas e operacionais do Comando do Exército, em consonância com as normas de governança aplicáveis à Administração Pública Federal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação, realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), proporcionará uma série de benefícios estratégicos, operacionais e institucionais para o Gabinete do Comandante do Exército e o Centro de Comunicação Social do Exército, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, que exige a identificação dos resultados esperados com a aquisição.

1. Eficiência operacional e logística:

- Permite o atendimento contínuo e tempestivo das demandas de hortifrutigranjeiros e demais itens, garantindo que todas as seções e assessorias recebam os produtos conforme a necessidade real;
- Reduz riscos de interrupção de serviços essenciais e evita estoques excessivos ou insuficientes, em conformidade com boas práticas de gestão de suprimentos (IN SEGES/ME nº 58/2022);
- Proporciona previsibilidade e controle na distribuição dos insumos, otimizando a cadeia logística interna e os processos de armazenamento, transporte e entrega.

2. Economicidade e racionalização de recursos públicos:

- O SRP assegura competitividade e disputa por item, promovendo a obtenção de preços de referência mais vantajosos e reduzindo o risco de sobrepreço;
- Favorece o planejamento orçamentário eficiente, permitindo a execução das compras conforme a disponibilidade financeira e a demanda real, sem comprometer o equilíbrio fiscal do órgão;
- Possibilita o acompanhamento sistemático do consumo, com indicadores de utilização, evitando desperdícios e promovendo racionalização de recursos.

3. Conformidade legal e administrativa:

- A contratação está alinhada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 7.892/2013 (SRP) e das Instruções Normativas SEGES/ME nº 01/2010 e 58/2022, assegurando observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, economicidade e eficiência;
- Garante transparência, rastreabilidade e controle fiscalizatório, facilitando auditorias internas e externas, bem como a gestão da qualidade e conformidade dos produtos entregues.

4. Melhoria da qualidade e do bem-estar institucional:

- Ao garantir produtos de qualidade, perecíveis e não perecíveis, a contratação contribui para o bem-estar e satisfação dos integrantes do Gabinete do Comandante do Exército e o Centro de Comunicação Social do Exército, refletindo em maior produtividade e eficiência nas atividades institucionais;
- Favorece o cumprimento de padrões sanitários e normativos (ANVISA, INMETRO, ABNT), reduzindo riscos à saúde e aumentando a confiabilidade dos processos de alimentação.

5. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental:

- A aquisição prioriza produtos com embalagens recicláveis e biodegradáveis, alinhando-se à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Permite o controle ambiental de resíduos e logística reversa, em conformidade com as boas práticas de sustentabilidade recomendadas pela IN SEGES/ME nº 01/2010 e pelo Guia Nacional de Compras Sustentáveis.

Dessa forma, a contratação não se limita à simples aquisição de bens, mas configura instrumento estratégico de gestão de recursos, promovendo eficiência, economicidade, conformidade legal, sustentabilidade e melhoria do serviço público no âmbito do Comando do Exército, garantindo o cumprimento das metas institucionais e a excelência no atendimento às demandas do Gabinete do Comandante do Exército e o Centro de Comunicação Social do Exército.

13. Providências a serem Adotadas

Designação da Comissão de Recebimento de Gêneros Alimentícios para acompanhamento da execução contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação observará criteriosamente os aspectos ambientais relacionados à aquisição e utilização de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha, em conformidade com a legislação e as normas técnicas aplicáveis.

1. Gestão de resíduos sólidos e sustentabilidade:

- O órgão possui infraestrutura adequada para a separação e destinação correta de resíduos, incluindo câmara de sobras e resíduos com controle de temperatura (0°C a 10°C), coletores para resíduos orgânicos e secos, e recipiente específico para descarte de óleo de cozinha, em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006;
- A contratação seguirá os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010, art. 7º, XI), priorizando a redução de resíduos, reaproveitamento, reutilização, reciclagem e logística reversa;
- Em caso de vencimento de produtos, o setor responsável entrará em contato com o fornecedor para adoção de procedimentos de logística reversa ou descarte ambientalmente adequado, conforme legislação vigente.

2. Critérios de sustentabilidade dos produtos e embalagens:

- Sempre que possível, serão adquiridos produtos com embalagens recicláveis ou biodegradáveis, atóxicos e seguros para uso alimentar, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- Serão observadas as diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e do Guia Nacional de Compras Sustentáveis, garantindo que os produtos adquiridos considerem impactos ambientais reduzidos, eficiência energética e baixo consumo de recursos naturais;
- A priorização de produtos com certificações ambientais ou de responsabilidade social será adotada sempre que compatível com a disponibilidade de mercado e com o objeto da contratação.

3. Conformidade regulatória:

- Todos os hortifrutigranjeiros e demais itens deverão atender às normas sanitárias (ANVISA), de qualidade e segurança alimentar, bem como às exigências do INMETRO, quando aplicáveis;
- Os processos de aquisição, armazenamento, distribuição e descarte dos produtos serão monitorados de forma a mitigar impactos ambientais negativos, assegurando a responsabilidade socioambiental do órgão.

Dessa forma, a presente licitação promove práticas de sustentabilidade ambiental e social, mitigando impactos negativos decorrentes da aquisição e uso dos produtos, e assegurando o cumprimento da legislação ambiental e das normas técnicas aplicáveis.

15. Outros Estudos Pertinentes

Conforme legislação vigente pertinente aos processos licitatórios, esta Equipe de Planejamento deve se manifestar acerca de algumas deliberações e estudos importantes. Seguem as deliberações abaixo.

Consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU

Foi realizada consulta ao referido guia por meio do link <<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacionalde-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>>. A Edição consultada é datada de outubro de 2025, sendo a mais recente. Por meio desse guia, esta Equipe de Planejamento elencou os requisitos de sustentabilidade pertinentes ao objeto da presente licitação.

Classificação do Estudo Técnico Preliminar nos termos da Lei nº 12.527/2011

A lei acima citada regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Já a IN SEGES/ME nº 58/2022 dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Logo, essas duas legislações devem ser aplicadas ao caso concreto verificando se o ETP elaborado se enquadra nos requisitos elencados do art. 23, da Lei 12.527/2011, in verbis:

Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares;

ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

O art. 13, da IN nº 58/2022, assevera quanto ao dever da Administração de avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da lei supracitada, in verbis:

Art. 13. Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Portanto, essa Equipe de Planejamento, salvo melhor juízo, decidiu por não classificar o ETP, por entender que o mesmo não se enquadra nos incisos elencados no art. 23, da Lei 12.527/2011. Logo, todas as informações que nele estão contidas são franqueadas à consulta de quaisquer cidadãos e interessados no processo licitatório.

Classificação do objeto

De acordo com o art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021, os bens ora licitados se enquadram como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, in verbis:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Bens de luxo

Conforme lei de licitações é vedada a aquisição de bens de luxo por parte da Administração. Esse disposto se encontra no art. 20 da Lei 14.133/2021:

Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

O Decreto nº 10.818/2021 regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo. Portanto, esses são os conceitos pertinentes ao caso concreto contido no referido decreto:

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - bem de luxo - bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:

- a) ostentação;
- b) opulência;
- c) forte apelo estético; ou
- d) requinte;

II - bem de qualidade comum - bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda;

Portanto, esta Equipe de Planejamento considera que os itens a serem licitados não são enquadrados como bens de luxo, sendo, em virtude de suas características, bens de qualidade comum.

Consulta IRP aberta

O Decreto nº 11.462/2023 regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Em seu art. 10 consta que a Administração, antes de instaurar procedimento licitatório próprio, deve consultar possíveis IRPs abertas para participação, visando à economicidade e celeridade dos certames. Assim assevera o decreto:

Art. 10. Os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

Parágrafo único. Constará nos autos do processo de contratação a manifestação do órgão ou da entidade sobre a deliberação de que trata o **caput**.

Consta nesse ETP consulta realizada por esta Equipe de Planejamento conforme anexo II. Contudo, não foi encontrada nenhum IRP aberta que contivesse os itens que pudessem atender à demanda deste Órgão. Portanto, seguindo o disposto no parágrafo único acima citado, esta Equipe se manifesta pelo prosseguimento do processo licitatório realizado pelo próprio Órgão, como Unidade Gestora Gerenciadora.

Substituição do Termo de Contrato por outro documento hábil (Nota de Empenho)

O art. 95 da Lei 14.133/2021 dispõe sobre substituição do Termo de Contrato por documento hábil. Assim está disposto na lei:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

Logo, o objeto ora licitado se enquadra como entrega imediata e integral, posto que dos bens adquiridos não resultará obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica. No caso concreto, a Equipe de Planejamento decidiu pela desnecessidade de Termo de Contrato, sendo este substituído pela Nota de Empenho.

Dessa forma, esta Equipe de Planejamento entende que o ajuste entre as partes se faz mais robusto.

Previsão de prorrogação da Ata de Registro de Preços e seus quantitativos

Conforme dispõe o Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a **vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período**, desde que comprovado o preço vantajoso. Sua vigência será contada a partir do primeiro dia útil subsequente à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). A prorrogação da Ata por igual período é admitida, desde que atendidos os requisitos legais, especialmente a demonstração da vantajosidade dos preços registrados e a anuência do(s) fornecedor(es).

A vantajosidade poderá ser evidenciada por meio de pesquisa de mercado atualizada, que comprove que os preços constantes da ata permanecem inferiores ou compatíveis com os praticados no mercado, garantindo economicidade à Administração Pública. Adicionalmente, a prorrogação contribui para a continuidade do atendimento das demandas da Administração, assegurando a previsibilidade e a eficiência nas contratações públicas, sem a necessidade de instauração de novo processo licitatório.

Ressalta-se que os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência definida no instrumento contratual específico, observando, no momento da contratação e em cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a existência de previsão no Plano Plurianual (PPA), quando ultrapassado o exercício em curso.

Conforme o item 70 do **Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU**, de 28 de janeiro de 2024, é juridicamente possível a **renovação do quantitativo inicialmente registrado** na Ata de Registro de Preços, desde que haja **prorrogação de sua vigência** e sejam atendidos os requisitos legais e administrativos aplicáveis.

Essa possibilidade está condicionada ao atendimento cumulativo dos seguintes critérios:

- a) seja comprovada a manutenção do preço vantajoso;
- b) haja previsão expressa no ato convocatório e na ata de registro de preços;
- c) **o tema tenha sido tratado na fase do planejamento da contratação;** e
- d) a prorrogação da ata de registro de preços seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência.

Sendo assim, a equipe de planejamento da contratação entende que a **renovação do quantitativo**, nesses termos, constitui medida legítima que visa a **dar continuidade ao atendimento das demandas administrativas**, evitar descontinuidade nos serviços públicos, otimizar recursos e garantir a observância do interesse público, desde que devidamente fundamentada e instruída nos autos.

Sistema de Registro de Preços

Importante frisar que a Equipe de Planejamento optou pela licitação regida pelo Sistema de Registro de Preços em razão do caput do art. 3º do Decreto 11.462/2023, uma vez que julgamos ser pertinente já que há necessidade de contratações frequentes do objeto a ser licitado. Assim está disposto no referido dispositivo legal:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Cabe salientar que os requisitos elencados nos incisos I a V não são exaustivos, ou seja, têm o caráter exemplificativos. Portanto, no caso concreto, o amparo para a utilização do SRP foi o caput do art. 3º.

Outro ponto importante é que esta Equipe de Planejamento vislumbra que o órgão será o único contratante, podendo ser, salvo melhor juízo, dispensar a divulgação da IRP, conforme art. 9º, §2º, do Decreto 11.462/2023.

Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do **caput** do art. 7º e nos incisos I, III e IV do **caput** do art. 8º.

§ 1º O prazo previsto no caput será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante.

Estimativa dos quantitativos a serem contratados

Esta Equipe de Planejamento baseou a estimativa de demanda nas contratações pretéritas do órgão, conforme relatório de consumo extraído do SISCOFIS referente aos últimos 3 anos. Desta forma, atestamos que não foram utilizadas estimativas genéricas.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as necessidades institucionais do Gabinete do Comandante do Exército e do Centro de Comunicação Social do Exército, bem como a natureza dos produtos a serem adquiridos — hortifrutigranjeiros e demais artigos —, declara-se que a presente contratação é viável sob os aspectos técnico, jurídico e econômico, pelos seguintes fundamentos:

Viabilidade Técnica

Os itens a serem adquiridos foram detalhadamente especificados no Termo de Referência, considerando quantidade, qualidade, validade e acondicionamento, em conformidade com normas da ABNT, ANVISA e INMETRO;

O planejamento prevê entrega dos produtos de acordo com a demanda real das seções e assessorias, com controle rigoroso de estoque e validade, garantindo o suprimento contínuo e seguro;

A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) permite atender às aquisições futuras de forma ágil e eficiente, sem necessidade de repetição de processos licitatórios, favorecendo a eficiência operacional.

Viabilidade Jurídica

A contratação está amparada pelo art. 18, incisos II, IV e VII, da Lei nº 14.133/2021, bem como pelo Decreto nº 7.892/2013, que disciplina o Sistema de Registro de Preços;

Todos os procedimentos licitatórios seguirão os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da CF/88);

O planejamento da contratação, incluindo o levantamento de mercado, estimativa de quantidade, definição de prazos e critérios técnicos, respeita a IN SEGES/ME nº 58/2022 e orientações do TCU, garantindo segurança jurídica ao processo.

Viabilidade Econômica

A análise de mercado demonstra ampla oferta de fornecedores, permitindo competitividade e obtenção de melhores preços unitários, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 14.133/2021;

O uso do SRP possibilita contratações por demanda, evitando estoques desnecessários e desperdícios, o que contribui para racionalização de recursos públicos;

Os preços estimados foram obtidos a partir de pesquisa de mercado atualizada, incluindo dados do compras.gov.br e consultas a fornecedores especializados, assegurando vantajosidade e economicidade.

Conclusão

Diante do exposto, a presente contratação é considerada viável, atendendo integralmente às necessidades do Comandante do Exército e do Centro de Comunicação Social do Exército, garantindo:

Eficiência e continuidade nos serviços de alimentação e apoio logístico;

Conformidade legal e normativa;

Racionalização dos recursos públicos e economicidade;

Mitigação de riscos operacionais e ambientais, conforme planejamento e normas de sustentabilidade.

Portanto, recomenda-se a autorização da presente contratação por meio de Pregão Eletrônico SRP, garantindo a eficiência, regularidade e legalidade do processo e o pleno atendimento das demandas institucionais.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EMERSON DE CARVALHO FONTES

Aprovisionador



Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 11:33:24.

AMANDA GISELLE ANDRADE BARRETO

Equipe de apoio

FABRICIO OLIVEIRA CHAGAS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 09:01:20.